

Serviço atinge 1,85% do PIB

por José Fucs
de São Paulo

O serviço da dívida externa do setor público do Brasil atingiu, em 1988, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) 1,85% do Produto Interno Bruto (PIB), o maior nível dos últimos dezoito anos, desde 1970, de acordo com dados preliminares divulgados pelo Banco Central (BC).

Para um PIB estimado em US\$ 284,885 bilhões pelo governo em 1988, as transferências de recursos ao exterior somente para pagamento do serviço da dívida alcançaram US\$ 5,2 bilhões, sem contar os juros das dívidas das empresas estatais (US\$ 3,8 bilhões em 1987). Esse percentual sobe para 2,85% do PIB com a inclusão das empresas estatais, ante 2,62% no ano anterior.

A única vez que esse comprometimento se aproximou do nível alcançado em 1988, segundo as informações do BC, para pagamento do serviço da dívida externa do setor público foi em 1984, quando atingiu 1,83% do PIB.

A dívida externa global do setor público atingiu, em 1988, US\$ 90,22 bilhões, assim distribuídos: governo central, US\$ 55,429 bilhões; governos estaduais e municipais, US\$ 5,4 bilhões e empresas estatais US\$ 29,347 bilhões, como indica a estimativa do BC. Em 1987, a autoridade monetária havia apurado um endividamento externo global do setor público de US\$ 87,357 bilhões.

"ESFORÇO BRUTAL"

"É mais uma demonstração de que o Estado está quebrado", avaliou o ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. "É um esforço econômico inédito e brutal", disse o professor da Universidade de Brasília (UnB) e ex-diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas. "O problema é gerar superávit fiscal para isso", acrescentou.

Bresser demonstrou a posição inflexível dos credores internacionais na renegociação da dívida realizada no ano passado como

principal fator responsável pelo recorde de transferências para pagamento de juros ao exterior. "O Brasil deveria decretar uma redução unilateral de 50% no valor da dívida, que é quanto vale um título brasileiro, em média, no mercado internacional", sugeriu. (No final da semana passada os títulos da dívida brasileira chegaram a atingir um valor de 28% sobre o valor de face no mercado secundário internacional).

Freitas indicou, também, a crescente concentração da dívida externa do País no setor público. Freitas lembra que o setor privado continuou pagando suas dívidas externas ao BC, para posterior reme-

sa de divisas ao exterior. Só que o BC não transferiu as divisas, concentrando a dívida no setor público.

Ele explicou que, em 1984, quando o comprometimento de recursos para pagamento das amortizações da dívida externa era semelhante ao de 1988, as taxas de juros internacionais também estavam em alta, chegando a atingir de 12% a 13%. Segundo o ex-diretor do BC, esse fenômeno não se repetiu em 1985 e 1986, quando as taxas de juros internacionais caíram, voltando a crescer em 1987 e no ano passado. Em 1988, a Libor (taxa do mercado interbancário de Londres), a qual a dívida externa brasileira está atrelada, pas-

sou de 7,5% em janeiro para 9,4375% em dezembro último, como relatou o repórter Milton Gamez, de São Paulo.

MORATÓRIA

Em 1985, de acordo com as informações do BC, o comprometimento do PIB para pagamento dos juros da dívida externa atingiu 1,51%. Esse percentual caiu para 1,35% em 1986, passou para 1,44% em 1987 até atingir os 1,85% no ano passado.

Embora não tenham sido efetivamente pagos por causa da moratória, os juros de 1987 estão contabilizados como se tivessem sido transferidos aos credores internacionais, como explicou um técnico do BC.